

Economia - Brasil

Joelmir Beting



"A esperança é que o governo não (des)governe tanto e a economia (sobre)viva. Logo."

Gustavo Krause, ministro da Economia e Fazenda

ESTADO DE SÃO PAULO

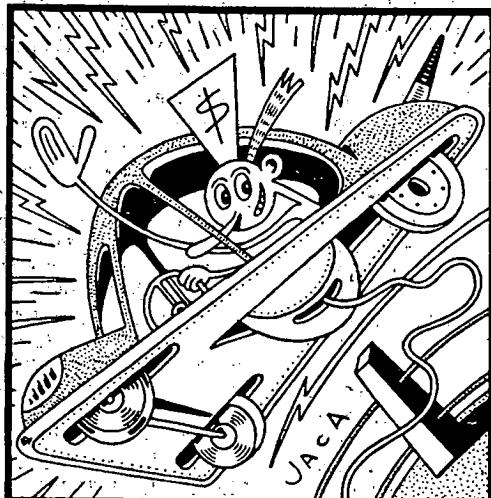
10 OUT 1992

Sem choque, vai

Os ministros Paulo Haddad e Gustavo Krause estão fazendo hora extra em duas frentes de trabalho: 1) no setor público, a negociação do ajuste fiscal com deputados e senadores; 2) no setor privado, a apalpação do acordo nacional com empresários e trabalhadores.

□□□ O ajuste fiscal começa, necessariamente, pela reconstrução do Orçamento federal para o ano que vem. A delicada operação já conta com o respaldo político do Congresso, dono da palavra final sobre matéria orçamentária. Até porque o Orçamento proposto pelo governo Collor era mesmo de mentirinha. Estava condicionado por uma reforma tributária de grande calado — rejeitada, politicamente, pelo Congresso. A carpintaria da reforma tributária, de longo alcance, volta à estaca zero. E não é para menos: ela exige o desmanche de 162 dispositivos constitucionais, suspira o ministro Paulo Haddad.

□□□ Igualmente nebulosa é a negociação de um acordo nacional sobre preços, salários, impostos e juros. Não temos cintura nem treino para o exercício da privação pactuada. Os trabalhadores, por exemplo, já deram tudo o que deviam e até o que não podiam: metade do salário real e um-oitavo do emprego geral. Os ministros exigem contenção dos preços e os empresários reclamam redução dos impostos. Nos juros, piores poupadores e tomadores não falam a mesma língua. Os dois lados da mesma moeda sonham com o mundo ideal de Pitigrilli: "As mulheres devem casar; porém, os homens, não."



□□□ Única certeza: o acordo nacional não pode agendar expedientes de intervenção no processo de formação de preços. Negociar a prefixação de preços e salários, por exemplo, é convidar os agentes econômicos a uma insidiosa remarcação preventiva de preços: todos cuidarão de ser prefixados pelo alto, com gordura. Ensaios de prefixação funcionam como tabelamento de preços com aviso prévio. Já imaginaram?

□□□ Foi o que se viu nos governos anteriores. Notícias de prefixação pactuada de preços (e salários) destruíram o arroz-com-feijão de Mairson, da Nóbrega, no governo Sarney. E simplesmente anularam os impactos do choque de liquidez de Zélia Cardoso de Mello no governo Collor.